

Obras de José Marinho

Volume VIII

# Filosofia Portuguesa e Universalidade da Filosofia e outros textos

Edição de Jorge Croce Rivera



Obras de José Marinho

Volume VIII

**Filosofia Portuguesa  
e Universalidade  
da Filosofia  
e outros textos**

Edição de Jorge Croce Rivera

IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA

LISBOA

2007

Constitui um dos lugares-comuns da cultura portuguesa contemporânea tomar José Marinho como um dos promotores da “Filosofia Portuguesa”, a par de Álvaro Ribeiro e dos jovens intelectuais reunidos em torno da revista 57<sup>1</sup> – Orlando Vitorino, António Quadros, Afonso Botelho, António Télmo. Tal assunção, enunciada desde os ensaios de Carlos Branco<sup>2</sup> e João Ferreira<sup>3</sup> surgidos no início da década de 60, e retomada em anos próximos por Pinharanda Gomes<sup>4</sup> e José Mattoso<sup>5</sup>, tornou-se uma evidência em estudos recentes. Os intérpretes, apesar de, em geral, reconhecerem posições não inteiramente coincidentes entre Marinho e Ribeiro, tendem progressivamente a homologar a posição de Marinho às do “movimento da filosofia portuguesa”, tomando-o como um seu “representante”<sup>6</sup>. Obviando uma hermenêutica atenta dos seus escritos, eles induzem da proximidade convivencial com Álvaro Ribeiro e os jovens do 57 uma comunidade de ideário; Marinho teria dado, no dizer de Eduardo Lourenço, “sibilina caução”<sup>7</sup> à estratégia da filosofia portuguesa como contra-imagem cultural<sup>8</sup>.

Não cabendo nesta apresentação a discussão teórica do problema da filosofia portuguesa, nem da reflexão de Marinho sobre as “filosofias situadas” e a interpretação que propõe da situação portuguesa, para os quais os críticos contavam já com os textos por ele publicados – seja o artigo que fez publicar na revista 57<sup>9</sup> e que dá o nome a este volume, seja os livros posteriores, como *Elementos para uma Antropologia Situada*<sup>10</sup>, *Filosofia* –

<sup>1</sup> Manuel Gama, *O Movimento «57» na Cultura Portuguesa*, Lisboa, ICALP, 1985, pp. 66-70.

<sup>2</sup> *Situação Actual do Pensamento Filosófico Português e Outros Ensaios*, Lisboa, Ática, 1960.

<sup>3</sup> *Existência e Fundamentação do Problema da Filosofia Portuguesa*, Braga, Editorial Franciscana, 1965 (cf. p. 199)

<sup>4</sup> *Dicionário de Filosofia Portuguesa*, Lisboa, D. Quixote, 1999, pp. 101-109.

<sup>5</sup> *Portugal – O Sabor da Terra*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1998, pp. 74-5.

<sup>6</sup> João Lima Pedroso de Lima, *Existência e Filosofia. O Ensaísmo de Eduardo Lourenço*, Universidade de Évora, 2002, p. 265: “(...) José Marinho é um dos representantes mais importantes do que habitualmente se designa por movimento da filosofia portuguesa (...)”. No capítulo “Portugal: Mito, Imagem e Destinos” (pp. 263-307) desta dissertação, o autor procura detectar a evolução das posições de Lourenço sobre a filosofia portuguesa, através da análise dos trechos do inédito “A Querela da Filosofia Portuguesa”, facultado pelo pensador ao académico. O texto, provavelmente contemporâneo dos debates de 1957, permite, a nosso ver, não apenas diferenciar as perspectivas de Lourenço das de Joel Serrão, mas reconhecer a modificação da sua perspectiva que, mantendo a crítica às concepções “ideológicas” que suportam a apologética de Ribeiro, se foi aproximando da visão proposta por José Marinho de um filosofar situado.

<sup>7</sup> “(...) o famigerado movimento da célebre «filosofia portuguesa», a que homens como José Marinho deram sua caução sibilina, não foi apenas um reflexo oportuno e oportunista do triunfalismo nacionalista desvaierado reinante (em particular com as suas formas de apologéticas do «humanismo lusitano» e revêrie imperial que levou a graus de paranóia que nos custaram caro), mas uma reacção, em boa parte justificada, contra o pendor mimetista e o conseqüente descaso, que ele implica de inatensão a nós próprios. O reaccionarismo confesso ou implícito da maioria dos seus corifeus foi também reacção contra uma imagem da cultura portuguesa, de perfil essencialmente negativo, herdada da Geração de 70, e nunca criticado à esquerda como o devia ter sido.” *O Labirinto da Saudade. Psicanálise Mítica do Destino Português*, 3ª ed., Lisboa, Dom Quixote, 1988, p. 69.

<sup>8</sup> *Ibid.*, p. 39.

<sup>9</sup> “Filosofia Portuguesa e Universalidade da Filosofia”, Lisboa, 57 – *Folha Independente de Cultura*, nºs 3-4, Dezembro de 1957, e 5, Setembro de 1958.

<sup>10</sup> Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1964.

Ensino ou Iniciação?<sup>11</sup> e, sobretudo, a sua última obra, Verdade, Condição e Destino no Pensamento Português Contemporâneo<sup>12</sup> –, importará possibilitar o enquadramento do extenso conjunto de textos redigidos sobre a questão durante a década de 50, articulando-o com os outros escritos coetâneos, a maior parte inéditos.

*De facto, e ao contrário do que a rarefação de textos vindos a lume nos anos anteriores ao surgimento da Teoria do Ser e da Verdade em 1961 poderia sugerir, apesar de ter diminuído a sua colaboração em jornais e revistas, Marinho prosseguiu durante fase terminal de redacção da Teoria uma intensa actividade de escrita, acompanhando e intervindo nas discussões que caracterizaram um período política intelectualmente crispado. Num ambiente de controvérsia, mesmo de conflito, que extravasava das tertúlias de café<sup>13</sup> para as páginas literárias dos jornais e as revistas, Marinho reconhecia sobretudo a necessidade de muitos intelectuais de tomarem consciência da situação portuguesa, situação “de encruzilhada”, ainda em que por vezes essa preocupação assumia forma excessiva, “doentia” e signifique “perda do alto sentido do destino”:*

“Quem somos? Ao longo do século XIX, e já desde antes, os portugueses interrogaram-se muitas vezes agudamente sobre si próprios. Quem assim interroga, traduz desengano, revela desencontro com o mundo e os caminhos do mundo, se não consigo. (...) É certo que um povo demasiado preocupado consigo está, como o doente, sujeito a fugir cada vez mais à possibilidade de cura, vivendo, instável, uma ilusão de vida. Mais precisamente: quem como português, (...) muito sobre si mesmo interroga, frustra os caminhos universais do espírito. Então, dizemos, não se interrogará nele antecipadamente o homem, nem se situará propriamente. Interpor-se-á, em tal caso, a opacidade da vontade parcial de ser, dos desígnios finitos. Perderá todo o alto sentido do destino, de muito se preocupar com o seu próprio destino.”<sup>14</sup>

*Ora, o que caracteriza a situação intelectual portuguesa “e nos distingue [dos outros povos] é a dificuldade de libertar-nos do (...) estado de ficção, a tendência ingénua para fantasiar ou simular o verdadeiro!”<sup>15</sup>. Tal ocorre por a imaginação estar paradoxalmente “a ferros” nesta “pátria regular e sensata até à mediocridade”:*

“Se a imaginação é (...) tão decisiva em toda a forma de ser e de saber da terra, como pode algum homem, como pode um povo dispensá-la? É evidente que não poderá. Se é renegada, toda a vida do espírito e toda a relação do mundo quedará viciada. Então a imaginação, que é saúde e potência da alma e do homem, tomar-se-á doença. O perceber, o pensar, o julgar aparecerá viciado e desde a raiz e no seu exercício. Recluído na subjectividade, sem perder poder expandir-se, a imaginação viciará todo pensar e todo o agir. E atingir-se-á assim o que chamo o estado de ficção.”<sup>16</sup>

*Tal “estado de ficção”, paradoxal potenciação e restrição da imaginação, afecta, não apenas a existência de cada homem, a realidade quotidiana e a actividade estética, mas a vida política, o sistema jurídico e a próprio pensamento filosófico. Ele suscita tanto um vagar excessivo como*

---

<sup>11</sup> Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1972.

<sup>12</sup> Porto, Lello & Irmãos, 1976.

<sup>13</sup> Nos *Diários*, recentemente publicados (Porto, Caixotim, 2004), Jorge de Sena evoca essas tertúlias, em geral de modo pouco lisonjeiro, apresentando Marinho como um “filósofo sem filosofia”, herdeiro de “uma retórica provinciana e de um idealismo ingénuo”, embora aluda a ocasionais diálogos entre ambos, de grande intensidade e mútua concordância.

<sup>14</sup> Cf. *infra*, p. 60.

<sup>15</sup> Cf. *infra*, p. 49.

<sup>16</sup> Cf. *infra*, p. 52.

*uma precipitação para o juízo, que se manifestam na ausência de uma compreensão reflexiva e atenta dos interlocutores, isto é, de uma autêntica hermenêutica que permita “acertar caminhos filosoficamente”:*

“Filosofar não é bom, nem é útil, mas é digno ou gravemente imperioso. Nenhum mal virá, aliás, de acertamos melhor os nossos caminhos filosoficamente. Pois bem. Nós temos querido a filosofia depressa. É maneira de perdê-la, como ao que propriamente se não concebe e cumpre. Depois, como a pressa unilateral em tudo gera o unilateral vagar, caímos, da desmesura, no excesso da medida, na crítica estéril, na regra impotente.”<sup>17</sup>

*O que naqueles debates se evidencia é a “obsessão da prática”, “a recusa das ideias e das teorias e a pressa em passar à acção” dos seus protagonistas, mesmo quando assumem posições antagónicas. Perdido o ritmo da verdadeira reflexão, obviado o sentido da imaginação, “saúde e potência da alma e do homem”, desenha-se, na precipitação judicativa e no afã reformista, o domínio das “ortodoxias” e das “fáceis heterodoxias”:*

“(…) Pode até o espírito apressado ter boa orientação na sua fé, se é um religioso, ou na sua intuição, se é um pensador. Não o esqueço: tão somente digo que ele falhará, de algum modo, e sem apelo ao converter em ideia, ou acção, aquilo mesmo que agudamente viu. Tal relação entre o espírito pressuroso e o sentido do vagar guarda seguro interesse para nós, portugueses, como para os espanhóis. (...) Não é isso renegar o fremente anseio religioso, e também humaníssimo, da raiz da nossa alma ibérica, mas sim defender e procurar praticar aquela reflexão atenta, laboriosa e comedida que respeita a seiva intuitiva de todo o pensamento original e autêntico. Esta não se transplanta e os seus elementos também não. Reflexão, critério e método não são coisas que se importam como os aparelhos de laboratório e os livros; não podem obter-se «à maneira de». Ignoram-no quantos, no passado ou no presente próximo, no signo da ortodoxia divina e celeste, ah! e também, como sempre demasiado terrestre, ou levados para uma ortodoxia idealista, positivista ou materialista demasiado humana e terrestre, a qual, a seu modo, é também inevitavelmente divina e celeste (e o é na medida em que crê ou introduz a crença no só sonhado mas não provado, e talvez improvável) – quiseram, respectivamente, formar a mente, ou reformá-la, de maneira a aceitarem um tipo de razão que, por mais católica ou por mais universalmente humana que se pretendesse, era sempre afinal importada de Roma ou de Paris, Londres, ou de Leipzig ou, ainda de Moscovo. Aos ortodoxos me refiro, e tenho referido, mas caberia também não nos iludirmos com uma demasiado fácil heterodoxia.”<sup>18</sup>

*Se se pode reconhecer neste último comentário uma alusão à primeira obra de Eduardo Lourenço<sup>19</sup>, é porque o jovem ensaísta é um dos recorrentes interlocutores, a par de Álvaro Ribeiro e Joel Serrão, com quem Marinho tacitamente dialoga em vários dos textos deste volume. O cerne desse debate encontra-se na própria concepção de filosofia e de filosofar. O pensamento implica o pensador na sua singularidade ontológica, não restringida esta a uma situação histórica e cultural, mas enquanto ele se interroga, e nele o espírito, sobre o enigma de ser:*

“Se, por um lado, estou convencido de que a filosofia mais do que qualquer outra formas de vida espiritual se situa na esfera da reflexão de um homem singular e único, esfera da qual o pensamento imediatamente transita para o universal, por outro lado, estou inteiramente de acordo com Álvaro Ribeiro em rejeitar, e com toda a energia, uma concepção humanista e humanitária da filosofia. Estou de acordo em rejeitá-la, não porque não seja, eu também amigo do homem, embora não tanto (ia escrever: graças a Deus!) como Álvaro Ribeiro ou Joel Serrão, não porque o homem não seja alguma coisa ou algum ser, mas porque não me convence toda esta imponente tradição judaico-cristã ou helénico-romana, que o homem seja tão magna coisa ou tamanho ser quanto se afigura.

Enquanto filosofamos, e de filosofar primordialmente se trata, não de discutir sobre filosofia, o homem não é um «sabido», não é um «conhecido»; enquanto filosofamos, o homem é, para si próprio, ou, mais propriamente, para o espírito e pensamento que nele há, enigma e problema aberto.”<sup>20</sup>

<sup>17</sup> Cf. *infra*, p. 40.

<sup>18</sup> Cf. *infra*, pp. 37-38.

<sup>19</sup> *Heterodoxia I*, Coimbra Editora, Coimbra, 1949.

<sup>20</sup> Cf. *infra*, p. 269.

*Enigmático o humano, importa ver que problemáticos advêm o sentido de uno, de universalidade, de universalismo de que se reclamam os que denegam “o mérito e as possibilidades” autóctones:*

“(…) cremos poder pensar que muitas vezes o pretendo universalismo foi entre nós tão provinciano, tão restrito e evado de preconceito racionalista como o nacionalismo. Pois não é menos absurdo quem pensa que a filosofia e a ciência dependem de se importarem livros ou microscópios como quem pretende arrancá-las sem dons próprios, longa reflexão e a informação conveniente de alguma cabeça suposta bem formada. (...) Uma e outra atitude são próprios de beócios. Pois não basta declarar-se universal para o ser. E cremos neste ponto, sem nenhuma acrimónia, que muitos das chamados partidários do universal contra o nacional ficariam singularmente perplexos se fossem postos na urgência de dizer o que termos tais como *uno*, *universo*, *universal* e *universalismo* significam.”<sup>21</sup>

*Ora, a situação portuguesa é inseparável de uma perspectivação da modernidade, não apenas filosófica, mas civilizacional. Numa curiosa resposta a um inquérito, provavelmente proposto por uma revista francesa, Marinho vê o pensamento português (e ibérico) como um enigma a decifrar, pois, na modernidade, em vez de seguir a rota do progresso e da acção operativa, ele “regrediu” e “dobrou-se sobre si mesmo”:*

“Je voudrai dans ce [[co. mensager de]] <mercure de> l’extrême occident [[de l’]] <d’>Europe apporter quelques éléments pour la compréhension du Portugal et de [[la]] <notre> Péninsule [[, en général]]. C’est peut-être l’une des entreprises les plus [[urgentes]] <pressantes> de [[ce]] l’heure, mais combien de difficile! Car pour [[nous-mêmes nous sommes nous autres, péninsulaires/<les ibériques>]], nous mêmes, péninsulaires, nous sommes une énigme à déchiffrer. <Et c’est là notre seulement notre espoir, mais notre certitude.>

Les français comme les anglais, les allemands comme les russes, [[surgissent successivement]] <se pressent l’uns après les autres> au devant du monde occidental très sûrs de leurs buts et de buts de l’homme. Ces peuples habiles et actifs [[,]] <ou puissants et demiourgiques> dans l’ordre de la pensée ou dans celui de l’action, ou dans les deux à le fois, se pressant sur la grand route de l’humanité [[pour lui ouvrir]] et tour à tour dictent [[la chemin]] la méthode, [[ou le chemin]] la mode, le chemin à suivre.

Bien au contraire, les peuples de midi, les uns [[placés]] <d’un regard nostalgiques> accoudés sur les bords de la Méditerranée, les autres séduits par [[la l’]] <le vaste> Atlantique, après avoir <[[à terre]]> jeté[[s les]] <à terre>, presque toutes les nuances du monde moderne, se sont retournés en arrière, ou bien alors repliés au dedans, alors que les peuples nordiques, de la Mittel-Europa ou de nos jours, de l’orient, suivaient, tour à tour, [[la route de progrès]] ce qu’ils appellent la route de progrès. [[De tout]] Parmi tous les peuples latins, la France, la plus estimée des nations au Portugal, a, pour [[]] employer une expression portugaise, «sauvé l’honneur du couvent». Elle a <[[ho]] seulement> suivre une route <tracée> par d’autres [[trac]] mais a bel et bien [[été promotrice]] devancée par la pensée et par l’action quelques phases significatives de la vie moderne. Et cependant [[aujourd’hui]] aujourd’hui elle est profondément troublée.”<sup>22</sup>

*Interrogar tal enigma supõe uma exigência de pensamento que Marinho não detecta nem “partidários do universal” – sergianos, neo-positivistas ou materialistas dialécticos –, nem naqueles que, procurando contribuir para a história da filosofia em Portugal, adoptam uma perspectiva “historicista e culturalista”, mas que se pode reconhecer em poetas como Pascoaes e em pensadores como Bruno ou Leonardo.*

*Criticando a perspectiva dos “universitários historicistas ou culturalistas”, visaria Marinho os estudos de Joaquim de Carvalho, que vinte anos atrás o tinha convidado para ser seu assistente? Quando, provavelmente em 1950, o professor de Coimbra, solicitando a José Marinho colaboração na Revista Filosófica que dirigia, lhe pede uma atitude “não parcial”, a resposta do filósofo é cáustica: ao mesmo tempo que se assume como um dos “menos parciais entre aqueles que vivem com intencionalidade teórica e*

<sup>21</sup> Cf. *infra*, p. 258.

<sup>22</sup> Inédito.

*especulativa” em Portugal, não deixa de apontar que para defender as “possibilidades do pensamento português e peninsular” importa apreender nos pensadores, não a formalidade da expressão, mas “o fundo que vale no pensamento, que não é o processo do raciocínio, mas a intuição essencial ou, pelo menos, a relação desta com o processo de raciocínio”:*

“Muito agradeço a [[sua]] carta de <V. Exa.>. (...) Quanto ao seu convite, tudo farei para contribuir, na medida das minhas possibilidades, para levar a bom tempo a afirmação que cumpre demonstrativamente fazer: das sérias possibilidades do pensamento português e peninsular e da [[grande]] <não volumosa mas séria> realidade que é a nossa filosofia do próximo ou do remoto passado. (...) Quanto [[primeiro]] os próprios termos finais de carta de [[V. Exa.]] <tão amável e afectuosa> julgo dever interpretá-los no sentido de que pretende evitar na revista a afirmação de parcialidade de formação ou de escola. Talvez o futuro mostre que fui dos menos parciais entre os homens que em Portugal viveram com intencionalidade teórica e especulativa. [[E deixe-me de V. Exa.]] Apenas me aconteceu ter encontrado pela frente uma corte de parciaisismos lógicos ou críticos que se deram por intérpretes do autêntico [[sentido]] sentido [[que suponho liberal e libérrimo na forma e também no fundo da filosofia.]], <da autêntica e liberal filosofia que não prejulga trazer no método o único método bom e as únicas regras infalíveis>.

A minha discordância é, neste ponto, [[total]] <muito grande> com a orientação de Sérgio, dos neopositivistas e dos materialistas dialécticos, como também dos universitários historicistas ou culturalistas, e portanto também com a orientação que até estes recentes tempos (...)

A minha [[alta]] <firme e alta> valorização do pensamento de Leonardo ou do de Bruno é mais <no primeiro caso> que gratidão de discípulo, e é mais, no segundo, que portuensismo. Eu creio que não é a forma, mas o fundo que vale no pensamento, que não é o processo do raciocínio mas a intuição essencial ou <, pelo menos,> a relação desta com o processo de raciocínio. (...)”<sup>23</sup>

*Assumindo-se como “universalista de estrutura”, certas noções, como “Nação” e “pátria”, mas também “humanidade”, surgem a Marinho, por um lado, apenas como mediações do homem para a autêntica vida do espírito:*

“(…) Estamos interessados no problema desde que nascemos para estas lides do pensamento em Portugal, tão irisadas de incompreensão e luta estéril e sem nobreza. Estamos interessados nele como universalista não de convicção, mas de estrutura, adverso nato de todo o nacionalismo como de todo o humanismo estrito. Para nós, com efeito, nação e humanidade não são princípios e fins do viver e do pensar, mas processos de um e de outro.”<sup>24</sup>

*Por outro lado, a consciência de o humano se situar no que a Teoria do Ser e da Verdade denominará de “cisão da verdade e do ser”<sup>25</sup> e de historicamente vivermos na “época extrema de cisão no homem”<sup>26</sup>, não permite aceitar a existência de um juízo que seja o exercício de uma razão pura, desligada da sensibilidade e do sentimento, da imaginação e da intuição. Reduzindo a filosofia a uma “cultura filosófica”, não logra o pensamento descobrir os vínculos que ligam concepção, razão e juízo:*

“(…) Convém considerar a analogia entre o conceber da mente e o conceber vital. Da mesma forma que a mulher, ao dar à luz um filho, não lhe garante sem mais a vida, assim também a mente ao dar à luz o que chamamos ideia. Nós não concebemos para conceber nem julgamos para julgar. Concebemos e julgamos porque assim o exige o pensamento finito de uma intuição infinita, quais existem, se bem podemos dizer «existem», em nossa humana condição.”<sup>27</sup>

<sup>23</sup> Carta inédita. Não se encontrou a carta de Joaquim de Carvalho a que o filósofo responde; em todo o caso, Marinho não chegou a colaborar com a *Revista Filosófica*.

<sup>24</sup> Cf. *infra*, p. 260.

<sup>25</sup> A explanação da “cisão humana” corresponde à terceira parte da *Teoria*, “Da Verdade na Cisão”.

<sup>26</sup> Cf. “(…) não parece difícil ver que «todo o ser separado da verdade» é o que vivem ou diversamente mostram viver os homens, e ainda os mais crentes, e que «a verdade que não convém a ser algum» ocorre de modo mais ou menos subtil no pensamento dos filósofos e dos homens de toda a ciência na época extrema da cisão no homem.” *Teoria do Ser e da Verdade*, p. 82.

<sup>27</sup> Cf. *infra*, p. 291.

*Perdida a implicação da “intuição infinita” e do “processo de raciocínio”, a razão torna-se formal, estéril e a filosofia que aí assenta coisa morta:*

“Tal qual o entendo, o sentido das filosofias nacionais é uma das formas de regresso às origens próprias do filosofar, um dos modos de distinguir a filosofia teórica e especulativa de uma filosofia cultural, livresca e universitária. Entre as duas há o abismo que medeia entre o que é vivo e o que o foi.”<sup>28</sup>

*É pois sob o signo da vitalidade filosófica que se deve abordar este volume, conjunto muito heterogéneo de textos – artigos, conferências, recensões, intervenções em controvérsias filosóficas e debates políticos –, fortemente marcados pelas circunstâncias que os suscitaram e, em geral, relativamente breves. Redigidos nos preliminares da exposição teórica de fundo, eles testemunham uma razão compreensiva antes que judicativa, imaginativa antes que formal, intensamente empenhada na concreta situação cultural, social e política.*

### **Artigos publicados e inéditos**

*Marcando a continuidade com os textos do volume anterior, a primeira secção deste volume dispõe os textos destinados a artigos, grande parte dos quais não foram publicados, redigidos entre 1954 e 1957. Abrem-na dois pequenos núcleos de textos inéditos, cada um ilustrativo de linhas de reflexão que Marinho prosseguiu durante o decénio de 50: a primeira linha corresponde ao intento da compreensão da situação portuguesa, integrando-a na contemporaneidade cultural e civilizacional. Os textos deste primeiro núcleo, “Olhar à pátria e ao tempo”, “Portugal e Inglaterra” e “Olhar ao tempo”, terão aliás sido redigidos num período anterior a 1954, mas mantêm com os restantes uma inegável relação.*

*O segundo núcleo dá da mesma situação portuguesa uma visão de dentro, pensando-a desde as suas possibilidades e limites intrínsecos. Relacionando-se directamente com os últimos textos do volume anterior (intitulados “Sobre o sentido da vida”), “Do estado fictício” e “Apologia do infante e do insensato” são dos mais significativos escritos deste volume, antecipando algumas das reflexões contemporâneas sobre a dificuldade de existir em Portugal.<sup>29</sup> Estes dois núcleos parecem convergir em dois artigos, “Da Imaginação a Ferros”, surgido no Diário Popular em Março, e “Meditação na Encruzilhada”, publicado em Maio no mesmo jornal; várias críticas que este último artigo recebeu levaram Marinho a redigir o inédito “Da situação portuguesa”, igualmente transcrito.*

*Na mesma linha dos textos anteriores, o artigo “Dos Contrários”, surgido em O Primeiro de Janeiro em Setembro de 1954, ao qual se pode agregar o inédito “Do contraste e da complementaridade”, aponta os responsáveis da crise espiritual da Europa”:*

“(…) Os mais responsáveis da crise actual são iniludivelmente os crentes, os sábios e os poderosos. A eles cumpre compreender os seus contrários. Não é talvez humano, no melhor sentido do termo. Nem é lógico, segundo a mente. Eliminá-los é impossível, porque crença e descrença são indisputavelmente solidárias. Não apenas o são como o que existe explícita e extrinsecamente num homem e noutra, mas como o que cumulativamente é dado na alma de cada um. O puro crente não existe, nem o puro descrente. (...) O contrário está aí para ser amado, ou ser compreendido. Em sentido religioso, ou em sentido filosófico, tal

<sup>28</sup> Cf. *infra*, p. 291.

<sup>29</sup> José Gil. *Portugal. O Medo de Existir*, Lisboa, Relógio d'Água, 2004.



como os entendemos, com a verdadeira tradição, que não é a da Contra-Reforma ou a da Monarquia de Direito divino, não podemos opor crer e não crer, sábio e ignorante, justo e injusto, nem podemos tomar como definitivo o domínio do senhor e a situação do servo, o império do rico e a sujeição do pobre. Nós, os religiosos, sabendo firmemente que só Deus é eterno, premunimo-nos de incorrer no erro sumo segundo a ciência humana e divina: que é tomar por eterno o que apenas existe transitório e efêmero. É tempo de voltar ao princípio autêntico da crença e da verdade no homem.”<sup>30</sup>

*Em Outubro desse ano, Marinho publica “Dos Portuenses Ilustres” e “Regresso à liberdade”, reflexão sobre a vida intelectual no Porto, mas a sua colaboração com a página literária só é retomado em Fevereiro do ano seguinte com “Da Compreensão Estética”, a que se acrescentou o inédito “Das relações da filosofia e da arte”.*

*Um outro grupo de manuscritos, que uma capa dá como data de redacção as “férias grandes de 1955”, tem o especial interesse de evidenciar a reiteração e implicação dos diversos temas que se cruzam ao longo da década de 50: assim, o conjunto inclui “Lógicos e místicos” e “Do preconceito lógico”, que retomam os temas de “Misticismo e Lógica no Pensamento Português Moderno”, apresentado no volume anterior; “Humanismo e progresso” e “Realidade e ilusão do progresso”, que discutem o sentido da história, e complementam algumas das reflexões dos “Cadernos de Aparentamentos” e aforismos também daquele volume; finalmente, “Do saber e da felicidade”, sobre um tema clássico da reflexão filosófica. Outros textos, que não foram datados, podem-se associar a este grupo: “O fundo do debate”, “Sobre o real” e “O que é o real?”, que remetem também para “Misticismo e Lógica” e o confronto entre materialistas e idealistas aí exposto.*

*Somente em Dezembro de 1955 volta Marinho a publicar, em O Primeiro de Janeiro, o artigo “Da Dignidade do Pensar” e, em Fevereiro, “Distinguir bem e mal”, nos quais se explicita a denúncia de Pascal: “nós aspiramos a um céu fácil e a uma terra fácil”. Dois outros textos, “Sobre um aforismo de Pascal” e “Sobre Pascal”, evidenciam este momento da recorrência pascalina. Os textos ganham então uma tonalidade problemática centrada nas questões antropológicas, que caracterizam a série de artigos publicados em O Primeiro de Janeiro, “Do Distinguir Bem e Mal” e “Cindir para Unir”, este último com importante acrescento que consta no manuscrito mas não na versão publicada.*

*À semelhança do ano anterior, foi igualmente possível reconstituir o conjunto de textos que o filósofo foi esboçando no Verão de 1956. Bastante desiguais, do simples apontamento à versão quase definitiva de um artigo, eles constituem como que a matriz dos escritos publicados nos meses posteriores. Uma capa reúne um largo conjunto de títulos: “Imaginação e liberdade”, “Da nova filosofia”, “Os portugueses e o sentido da filosofia”, “Sobre a publicação das obras completas de Leonardo Coimbra”, “Situação espiritual”, “Da Situação Crucial”, “Da verdade sofisticada”, “Da Condição da Filosofia”, “Das relações entre poesia e filosofia”, “Misticismo, realismo e outras coisas”, “Da ignorância sofismada”, “Sobre o justo e injusto” (com vários desenvolvimentos) e “Irredutibilidade da crença”.*

*Já em 1957, Marinho fez publicar dois importantes textos, “Faltam Intérpretes” e “Situação do Homem”, que um texto inédito, “Crise do homem”, complementa e que devem ser aproximados do artigo “Deus e Redenção em Bruno”, surgido em O Comércio do Porto, integrado em outra secção deste volume. Em torno da reconsideração do pensamento teúrgico de Sampaio Bruno agruparam-se diversos inéditos que aprofundam a medita-*

<sup>30</sup> Cf. *infra*, p. 64.

ção do cristianismo, provavelmente redigidos em período próximo e que prolongam “Sobre as relações da Fé com a Filosofia e a Teologia”, publicado em volume anterior, mas também com os dedicados a Álvaro Ribeiro e à Filosofia Portuguesa. Compõem este conjunto: “Da fraternidade”, “Pneumatologia e Espírito Santo”, “Paixão e ressurreição”, “Situação portuguesa” e “Senso comum e filosofia”. Um outro texto inédito, “Crítica Boa e Má”, inclui interessantes observações sobre o cristianismo e o sentido da liberdade, procurando determinar o que denomina de “absolutização indevida”.

Também o Verão de 1957 possibilitou a redacção de um conjunto de textos seminais, no qual se vê algumas das preocupações mais fundas ou frequentes se entrelaçarem com questões porventura mais imediatas. Assim, o tema do pragmatismo português ressurgiu em “Da obsessiva prática” e “Do contraste lusitana” (que evoca a análise de Gilberto Freire em *Aventura e Rotina*), a consideração da situação contemporânea de crise (“Do conceito de lei”) implica a necessidade de uma verdadeira hermenêutica que obvie os perigos da vulgarização cultural (“Saber autêntico e vulgarização”, “Ler e saber ler”, “Sobre estrangeirismos”).

Os últimos textos desta secção permitem estabelecer a necessária articulação com a discussão da “filosofia portuguesa”. “Unilateralidade e harmonia”, publicado no *Diário Popular* em Agosto de 1957, retoma ainda uma vez Pascal, para distinguir o sentido da autêntica harmonia daquela aparente, mas revestida de rigor lógico. Este escrito prolonga-se em “Da situação do pensamento português”, surgido poucos dias depois no suplemento “Diálogo” do *Diário Ilustrado*, no qual é criticada a boçalidade intelectual e a ausência de verídica compreensão. Deste último texto encontrou-se um primeiro esboço, “Do Diálogo e Sua Verdade”, no qual Marinho refere as impressões da leitura recente de *Razão Animada* de Álvaro Ribeiro. Dois inéditos: “Situação portuguesa” e “Do nacionalismo cultural”, bem como os apontamentos sobre “Tradição e Liberdade” e “Tradição e Progresso” dão igualmente conta do debate em torno da filosofia portuguesa.

A intensidade das discussões em aberto terá levado a que Marinho publique, logo em Setembro do mesmo ano, dois novos textos, surgidos com um breve intervalo: “Do iludido pensar”, no *Diário Ilustrado*, e “Pensamento do rigor”, no *Diário Popular*; estes textos prolongam-se no inédito “Da atenção compreensiva”, em que subjaz a noção de compreensão una e omnímoda, nuclear na Teoria do Ser e da Verdade. Num registo menos interventivo, surge, em Novembro de 1957, o artigo “Actualização cultural”, publicado no *Diário de Notícias*, que parece ser o desenvolvimento de um breve inédito: “Que entendemos nós por cultura?”, também transcrito.

Como que anunciando a Teoria do Ser e da Verdade, o último texto desta secção, “Da verdade no espírito”, repõe o largo horizonte em que se instala o pensamento de Marinho:

“Estamos aqui também no fim de um processo, pois a conversão do homem ao tempo é total: é o mundo do pensamento, pois todas as filosofias são, senão sempre, filosofias do tempo, filosofias que têm o tempo em conta. Entretanto, se nós consideramos o homem como vivente, a responsabilidade da situação actual incumbe ao cristianismo. Ou se admite que as confissões cristãs, ou uma delas, seguem os desígnios divinos, ou se admite que os deixaram já e inevitavelmente corromper-se, nós não teríamos por certo, sem o cristianismo, a filosofia e a ciência que possuímos, a técnica portentosa desta era, e o drama político em que se debate a Europa, e por culpa sua, o mundo inteiro.”<sup>31</sup>

<sup>31</sup> Cf. *infra*, p. 190.

## António Quadros, *A Existência Literária*

Nesta ordenada colectânea, bem como no *Prefácio* à tradução do livro de Ismael Quilès, *Sartre e o Existencialismo*, procura o autor a conciliação das teses da filosofia portuguesa, de que é um dos mais dedicados e valorosos propugnadores, com a filosofia existencial. Assim, em António Quadros, se cruza o sentido do tempo em que humanamente somos com o espaço em que, portugueses, surgimos.

Escritor de missão, o autor põe à literatura e à arte dos nossos dias a exigência de significado responsável. A arte, como a vida, não é coisa lúdica, só interessa ao nosso presente e só merece perdurar quando nela todo o homem se empenha, toda alma se joga ou o melhor do nosso pensar se interroga.

Atento às diferentes formas do pensamento e da cultura contemporânea, António Quadros afasta-se da interpretação lírica e elegíaca da nossa literatura. Nos sucessivos artigos e ensaios da colectânea, estudando sem limites de preferência escritores da mais diversa tendência ou situação, acentua o significado da epopeia, do romance social e do romance psicológico, da poesia e da filosofia da saudade, mas não recusa também o seu interesse às obras de poesia profética ou mítica de pensamento inspirado ou heterodoxo, que sob várias formas vieram avultando da época romântica para os nossos dias.

Um passo de *Existência Literária* merece mencionar-se. Ele é bem característico do autor e da geração para que os mais velhos olham com esperança: «Temos de compreender até que ponto o presente, sendo a intercepção dos caminhos percorridos no passado e a percorrer no futuro, é a única realidade que conta na ordem do tempo.»

# Índice

Apresentação .....	7
Convenções .....	33

### Artigos publicados e inéditos

Olhar à pátria e ao tempo .....	37
[Portugal e Inglaterra] .....	41
Olhar o tempo .....	44
O estado fictício .....	49
Da ficção .....	54
Apologia do infante e do insensato .....	55
Nota para Apologia do infante e do insensato .....	57
“Imaginação a Ferros” .....	58
“Meditação na Encruzilhada” .....	60
Da situação portuguesa .....	62
“Dos Contrários” .....	64
Do contraste e da complementaridade .....	66
“Dos Portuenses Ilustres” .....	69
Regresso à liberdade .....	71
“Da Compreensão Estética” .....	72
Das relações da filosofia e da arte .....	74
Lógicos e místicos .....	76
Do preconceito lógico .....	79
Humanismo e Progresso .....	80
Realidade e ilusão do progresso .....	82
Do saber e da felicidade .....	85
O fundo do debate .....	88
Sobre o real .....	89
O que é o real? .....	91
“Da Dignidade no Pensar” .....	95
“Do Distinguir Bem e Mal” .....	97
[Sobre um aforismo de Pascal] .....	99
[Sobre Pascal] .....	102
“Cindir para Unir” .....	104
Imaginação e liberdade .....	106
Da nova filosofia .....	109
[O sentido autêntico da filosofia autêntica] .....	111
[Sobre a publicação das obras completas de Leonardo Coimbra] .....	114
Situação espiritual .....	115
Da situação crucial .....	116
Da verdade sofisticada .....	117
Da Condição da Filosofia .....	119
Das relações entre poesia e filosofia .....	120
Misticismo, realismo e outras coisas .....	122
Da ignorância sofismada .....	123
Sobre o justo e injusto .....	125
Do Justo e do Injusto .....	129
[Sobre a irredutibilidade da crença] .....	131
“Faltam Intérpretes” .....	136
“Situação do Homem” .....	138
Crise do homem .....	139
Da Fraternidade .....	141
Pneumatologia e Espírito Santo .....	143
Paixão e Ressurreição .....	146
Senso comum e filosofia .....	151
Crítica Boa e Má .....	153
“Unilateralidade e Harmonia” .....	156
Do Diálogo e sua Verdade .....	158
“Da situação do pensamento português” .....	160

Situação Portuguesa .....	162
Do Nacionalismo Cultural .....	165
Tradição e Liberdade .....	167
“Do iludido pensar” .....	168
“Pensamento e Rigor” .....	169
Da atenção compreensiva .....	171
Da obsessiva prática .....	175
Do contraste lusíada .....	177
Do conceito de lei .....	178
Saber autêntico e vulgarização .....	179
Ler e saber ler .....	182
Sobre estrangeirismos .....	184
“Actualização Cultural” .....	185
[Que podemos nós entender por cultura?] .....	187
Da verdade no espírito .....	190

### Textos sobre Sampaio Bruno

O mistério de Sampaio Bruno .....	195
Sampaio Bruno e a filosofia portuguesa .....	200
Regresso a Sampaio Bruno .....	201
[Sobre a situação portuguesa e o sebastianismo] .....	203
[Sobre as comemorações bruninas] .....	205
Sampaio Bruno e Sanches .....	206
Conceito de metafísica em Bruno .....	207
“Deus e redenção em Bruno” .....	209

### Textos sobre Álvaro Ribeiro

[Três aspectos na obra de Álvaro Ribeiro] .....	215
[Na apresentação de <i>Apologia e Filosofia</i> ] .....	217
Um novo livro de Filosofia .....	221
[Sobre o aristotelismo de Álvaro Ribeiro] .....	225
[Por ocasião da publicação de <i>Arte de Filosofar</i> ] .....	227
Do pensamento e da crença .....	229
[A obra de Álvaro Ribeiro como Teoria da Esperança] .....	231
[Aclassicismo da obra de Álvaro Ribeiro] .....	233
Álvaro Ribeiro .....	236
[Sobre Razão Animada] .....	237
Razão Animada – II .....	238
[Sobre a Filosofia Portuguesa e a <i>Razão Animada</i> ] .....	242
[Sobre Álvaro Ribeiro] .....	245
[Apontamentos para debate sobre <i>Razão Animada</i> ] .....	247
Recensão de <i>Escola Formal</i> .....	248
[Para a recensão de <i>Escola Formal</i> ] .....	249

### O Problema da Filosofia portuguesa

[Sobre um artigo de Eduardo Lourenço em <i>Unicórnio</i> ] .....	253
[Sobre a intervenção de Joel Serrão] .....	256
[Nacionalismo e cosmopolitismo] .....	258
[O problema da filosofia portuguesa] .....	261
O Problema da Filosofia Portuguesa .....	263
I – Sondando o fundo da questão .....	263
Versão preliminar do primeiro artigo .....	268
I – Sondando o fundo da questão .....	268
II – Segundo artigo .....	270
III – Apologia da Filosofia Portuguesa ou da necidade dos lógicos .....	272
Filosofia e cultura filosófica .....	275
Cultura e Filosofia – I .....	277
[Há ou não filosofia portuguesa?] .....	280

Cultura e Filosofia – II .....	283
Razão e Filosofia .....	285
“Filosofia portuguesa e universalidade da filosofia” .....	287
[Textos preparatórios para “Filosofia Situada e Universalidade da Filosofia”] .....	293
I .....	293
II .....	295
III .....	296
IV .....	302
V .....	309
VI .....	312
VII .....	314
[Apontamentos] .....	316
Novo artigo para 57 .....	317
Das relações entre filosofia e ontologia .....	320
Filosofia e atributo .....	322
Da situação recíproca .....	330
27 e 57 .....	331
[A propósito de dois artigos de António Dias de Magalhães] .....	332
Réplica ao Jesuíta .....	338
[Sobre uma alocução do Bispo do Porto] .....	347
Defesa dos heréticos .....	350
[Na morte de Joaquim de Carvalho] .....	356
Dos essenciais problemas .....	357
Sobre o juízo justo .....	358
[Sobre a situação da metafísica em Portugal] .....	360
Eis-nos, pois, situados .....	363
Da dignidade de filosofar .....	364

#### Três Conferências

Liberdade e Destino em Leonardo Coimbra .....	367
O homem e a filosofia no pensamento de Sampaio Bruno .....	389
[Sobre a Faculdade de Letras do Porto] .....	405

#### Textos políticos

Apologia da República .....	413
[Dois equívocos em política] .....	416
[Sobre as revoluções políticas] .....	419
[Sobre Oliveira Salazar, homem providencial] .....	421
Teoria da pirâmide .....	423
Da ordem .....	429
Sobre corporativismo .....	440
O Ressentimento e o Estado Novo .....	442
Reflexões sobre o nosso tempo .....	444
Carta a Cunha Leão .....	446
[Sobre a campanha eleitoral para a Presidência da República] .....	449
Textos preparatórios para o depoimento .....	454
[Definição da sua posição política] .....	460
[Apoio a Humberto Delgado] .....	464
[Sobre Oliveira Salazar] .....	466
[Evolução do Estado Novo – a questão da Monarquia] .....	474
[Sobre situação política portuguesa] .....	478
[Situação político-social portuguesa] .....	479
[A situação portuguesa e a situação francesa] .....	481
[A situação portuguesa e o exemplo francês] .....	484
[Corporativismo] .....	486
[Princípios da política] .....	495
[Conclusão] .....	501
[Tópicos e fragmentos] .....	502
Depoimento do Dr. José Marinho .....	505
Versão censurada .....	510

Carta a Cunha Leão – II .....	514
[Política e Religião] .....	524
[Sobre a situação política] .....	525
República e Filosofia .....	528
Do sentido da República .....	529

### Recensões

Quatro livros de filosofia .....	533
Da filosofia e dos seus livros .....	535
I .....	536
II .....	540
IV .....	545
Filosofia no Brasil .....	547
Amorim de Carvalho, <i>Deus e o Homem na Poesia e na Filosofia</i> .....	550
[Apontamentos para a recensão de <i>Deus e o Homem na Poesia e na Filosofia</i> ] .....	551
Júlio Fragata, S.J., <i>A Fenomenologia de Husserl como Fundamento da Filosofia</i> .....	554
Fidelino de Figueiredo, <i>As Duas Espanhas e Entre Dois Universos</i> .....	555
[Apontamentos para a recensão de <i>Entre Dois Universos</i> ] .....	557
Vieira de Almeida, <i>Rumos da Psicologia e Aspectos de Filosofia da Linguagem</i> .....	558
Agostinho da Silva, <i>Reflexão</i> .....	559
[Apontamentos para a recensão de <i>Reflexão</i> ] .....	560
Lúcio Craveira da Silva, S. J., <i>Antero de Quental. A Evolução do seu Pensamento</i> .....	563
Joaquim Braga, <i>Teoria da Crença</i> .....	564
Orlando Vitorino, <i>Filosofia, Ciência e Religião. Um Ensaio sobre Textos de Hegel</i> .....	565
António Braz Teixeira, <i>A Filosofia Jurídica Portuguesa Actual</i> .....	566
António Quadros, <i>A Existência Literária</i> .....	567



Acabou de imprimir-se  
em Abril de dois mil e sete.

---

Edição n.º 1012991

---

[www.incm.pt](http://www.incm.pt)  
E-mail: [dco@incm.pt](mailto:dco@incm.pt)  
E-mail Brasil: [livraria.camoes@incm.com.br](mailto:livraria.camoes@incm.com.br)